Carta aos Presidenciáveis - Eleições 2002

Exmos. Srs. Candidatos,

As(Os) Assistentes Sociais reunidas(os) no 31º Encontro Nacional do Conselho Federal-CFESS e Conselhos Regionais-CRESS de Serviço Social, em Brasília, entre os dias 01 e 04 de setembro de 2002, vêm, por meio desta, manifestar suas intenções e propostas aos(às) candidatos(as) aos cargos de Presidência da República e Governos de Estados.

Compomos uma profissão com quase 60 mil profissionais que lida, no seu dia-a-dia, com as conseqüências sociais mais perversas das relações capitalistas que dominam a sociedade. Enfrentamos em nosso cotidiano os níveis mais complexos da realidade social, manifestos em múltiplas expressões da "questão social" no Brasil. Os números e estatísticas das brutais desigualdades sociais brasileiras se materializam nos usuários do Serviço Social, estampam-se em seus rostos.

Nos últimos anos, o governo brasileiro passou por um reordenamento do Estado, fruto de uma política internacional, que atinge milhões de trabalhadores e interfere diretamente na profissão de Serviço Social.

Os acordos firmados com os organismos internacionais elegem as prioridades do governo em atender os interesses do grande capital – os oligopólios/multinacionais - em detrimento das necessidades da população trabalhadora. Exemplos não nos faltam: o montante de verbas destinadas ao pagamento da dívida externa; a avalanche de privatização de estatais; o sucateamento dos serviços e políticas públicas e a recente tentativa de maior ataque aos direitos trabalhistas conquistados e consolidados constitucionalmente, mostram o caminho da barbárie a que estão submetidos os milhares de brasileiros.

Os índices sociais e econômicos dos anos 90 (década da ofensiva neoliberal entre nós) são piores que os dos anos 80. Se a década de 80 foi considerada a "década perdida", por apresentar índices irrisórios de crescimento econômico, a década de 90 mereceria denominação mais contundente, pois apresentou um recuo econômico ainda maior (uma quase estagnação). Este quadro foi agravado pela introdução de outros elementos típicos do neoliberalismo, como a abertura econômica, liberalização comercial e privatização.

As conseqüências sociais do desalentador quadro econômico dos últimos anos são avassaladoras. Senão, vejamos: agravamento da histórica concentração de renda, o que fez com que o Brasil passasse a liderar o *ranking* das piores distribuições de renda do mundo; aumento contínuo do desemprego, que atinge cerca de 20% dos trabalhadores (DIEESE, 2002); queda de 15% da renda real daqueles que trabalham; incremento de novas formas de trabalho infantil; reavivamento de novos tipos de trabalho escravo; precarização generalizada do trabalho, com criação de formas de contrato perversas, como a terceirização, o trabalho temporário, o informal (hoje cerca de 50% dos brasileiros não possuem carteira assinada); degradação salarial generalizada, com destaque para o encolhimento real do salário mínimo; redução drástica dos gastos sociais em

todos os níveis (Saúde, Educação, Assistência, Previdência Social etc); incremento do trinômio degradação/mercantilização/privatização das políticas públicas de caráter estatal; agravamento da feminilização e racialização da pobreza, com a entrada desigual de negros e mulheres no mercado de trabalho; aumento do desemprego entre a juventude brasileira; focalização das políticas públicas, com escassez de recursos e fragmentação das ações; acirramento das tensões sociais no campo; inexpressiva política de reforma agrária, com reduzido número de assentamentos de famílias e parcos recursos para a manutenção de créditos agrícolas; e aumento brutal dos níveis de violência urbana.

Vivemos um quadro social de extrema pobreza e miserabilidade. Os últimos reordenamentos capitalistas produziram uma estagnação econômica e, conseqüentemente, um esgarçamento do tecido social. As chamadas políticas **neoliberais** conseguiram promover um regresso histórico monumental, repondo e reatualizando níveis de vida sub humanos. Não há qualquer valoração ideológica na consideração de que o capitalismo neoliberal é um desastre para as massas trabalhadoras. Trata-se de pura constatação, de uma questão factual. Todos os indicadores sociais e econômicos nos mostram essa realidade no Brasil.

A desresponsabilização das funções básicas do Estado quanto às políticas sociais públicas e a transferência de responsabilidade para o conjunto da população, desencadeando o processo de "refilantropização", ferem direitos garantidos em lei, destroem o seu caráter universalizante, e alteram significativamente o fazer profissional, que nasce e se desenvolve a partir da necessidade de respostas governamentais à questão social.

Nós, Assistentes Sociais, enfrentamos os resultados desse quadro em nosso cotidiano profissional. Para isso, dispomos de poucos recursos e contamos com o não privilegiamento de políticas sociais públicas por parte do atual Governo. Por outro lado, dispomos de formação voltada para a formulação e execução de políticas sociais, tendo como parâmetro um conjunto de princípios e compromissos que norteiam nosso exercício profissional. Nosso projeto ético-político-profissional fundamenta-se em princípios que se opõem frontalmente à situação real que descrevemos. Dentre eles, destacamos: reconhecimento da liberdade como valor ético central; defesa intransigente dos direitos humanos; ampliação e consolidação da cidadania e da democracia; posicionamento a favor da eqüidade, justiça e participação social.

Estes princípios, contidos em nosso Código de Ética Profissional, são materializados em direitos e deveres que devem ser consubstanciados em nossas ações profissionais. Além disso, tais princípios são traduzidos por nós em compromissos que assumem um direcionamento político na **defesa concreta do trabalho, da democracia e dos direitos e na afirmação das políticas públicas** de caráter estatal, como eixos estratégicos.

Dessa forma, as(os) Assistentes Sociais vêm, ao longo das últimas três décadas, participando do movimento de construção efetiva de uma sociedade justa e igualitária, ao reafirmarem os princípios, compromissos e eixos políticos citados. Dando continuidade a essas lutas, que passam pela garantia da construção de uma ordem societária fundada nos interesses das classes trabalhadoras, queremos reafirmar propostas que coloquem na mãos das classes trabalhadoras o curso e a direção da nação:

1. Rejeição a qualquer tipo de acordo com organismos multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, que tragam prejuízos sociais para as classes trabalhadoras, em especial para os usuários do Serviço Social;
2. Fim das renegociações em torno da ALCA, entendendo-a como lesivas aos interesses da soberania nacional, e apoio aos resultados do Plebiscito Nacional organizado por diversas entidades como a CNBB, a CUT e o MST;
3. Auditoria da dívida externa, considerada ilegítima por plebiscito nacional organizado por diversas entidades em 2000;
4. Garantia dos direitos historicamente conquistados e consolidados em lei, com posicionamento veemente contra a flexibilização das leis trabalhistas e pelo veto à Lei Dornelles;
5. Manutenção dos tratados da OIT, a exemplo da Convenção 103, que trata da licença maternidade;
6. Apoio à reforma agrária, considerando-se, especialmente, as propostas do MST;
7. Abertura imediata de concursos públicos em todos os níveis e nas diferentes áreas profissionais;
8. Reposição das perdas salariais dos servidores públicos, considerando os oito anos de congelamento salarial;
9. Aumento real do salário mínimo até os marcos estabelecidos para a garantia de um padrão de vida digno;
10. Respeito às manifestações da sociedade civil organizada;
11. Criação de mecanismos e políticas que combatam efetivamente a desigualdade social;
12. Combate à fome, que assola 20% da população brasileira;
13. Criação de políticas de geração de trabalho e renda amparadas por direitos trabalhistas estabelecidos em lei;
14. Defesa da Seguridade Social Pública e Estatal, ampliando o leque das políticas públicas e criando o Ministério da Seguridade Social, com orçamento específico;
15. Universalização dos direitos sociais e gestão democrática das políticas públicas, garantindo seu caráter participativo, descentralizado e redistributivo, respeitando-se os parâmetros constitucionais;
16. Defesa da Saúde, da Previdência Social e da Assistência Social como políticas públicas de caráter universal, componentes da Seguridade Social, assegurando as diretrizes de descentralização político-administrativa, comando único em cada esfera de governo, com participação popular, controle social e financiamento próprios;
17. Respeito às decisões das Conferências Nacionais, reconhecidas como fóruns legítimos de Políticas Públicas;
18. Garantia do Serviço Social como serviço da Previdência Social, com imediata recomposição do quadro e das atividades previstas originalmente no regimento interno do INSS;
19. Garantia dos princípios do SUS com qualidade e resolutividade;

20. Inclusão do assistente social na equipe mínima do Programa de Saúde da Família (PSF), considerando-se a efetividade do conceito ampliado de saúde e os princípios do SUS;
21. Garantia de efetivação da política de recursos humanos na área da saúde, conforme preconizado pelo SUS;
22. Criação e implementação de uma política pública de formação e qualificação de recursos humanos na área da justiça e segurança pública, com vistas ao desempenho profissional ancorado no respeito aos direitos humanos;
23. Repúdio à terceirização dos serviços de custódia e assistência (médica, educacional, social etc) das prisões brasileiras, com o efetivo respaldo do Ministério da Justiça e dos respectivos governos estaduais;
24. Defesa intransigente do Estatuto da Criança e do Adolescente, criando condições para sua plena execução;
25. Compromisso com a defesa dos direitos humanos, compreendidos enquanto direitos econômicos, sociais, culturais e políticos, observadas as propostas dos movimentos da área;
26. Repúdio veemente à pena de morte;
27. Defesa intransigente da inimputabilidade penal até os 18 anos;
28. Defesa de iniciativas sociais e do cumprimento de legislações nacional e internacional que, no âmbito da justiça, prevêem sanções para práticas discriminatórias e preconceituosas;
29. Estímulo à construção e ampliação de redes de serviços de atendimento, com capacitação especializada na área de políticas públicas de gênero, raça/etnia, orientação sexual e dependências químicas;
30. Redirecionar a Política Nacional Anti-Drogas, a fim de garantir o seu caráter intersetorial, deslocando-a da área específica da Segurança Pública;
31. Apoio à Política Nacional do Idoso, com vistas à ampliação e garantia dos direitos do envelhecimento no país;
32. Garantia plena dos direitos e ampliação das políticas voltadas às pessoas portadoras de deficiências;
33. Apoio às decisões do Congresso Nacional de Educação, em especial àquelas que visam o combate à exclusão sócio-educacional em todos os níveis;
34. Defesa da autonomia das universidades públicas, segundo a concepção da comunidade acadêmica, e recusa à concepção de autonomia financeira como sinônimo de privatização;
35. Recusa às pressões da Organização Mundial do Comércio (OMC) de incluir a educação, em todos os seus níveis, como serviço, no rol das mercadorias sujeitas à especulação do mercado globalizado;
36. Defesa intransigente da universidade pública, laica, gratuita, crítica e de qualidade;
37. Veto ao parecer nº 100/02 do CNE/CES, o qual fixa em 03 anos o tempo mínimo dos cursos de graduação e estabelece um percentual máximo de 15% para atividades práticas (estágios), pesquisa e

intervenções supervisionadas, e 15% para atividades acadêmico-culturais;

38. Recusa ao modelo de avaliação institucional instituído através do Provão;
39. Garantir que as Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação, construídas democraticamente pelas Entidades das categorias, sejam consideradas e aprovadas pelo CNE/CES, suspendendo Pareceres e Resoluções que não respeitam esses processos;
40. Implementar ações efetivas no combate à corrupção no país, legitimada pela impunidade que mutila e viola os direitos humanos (civis, políticos, culturais e sociais);
41. Garantia de políticas públicas eficazes de convivência com a seca do Nordeste;
42. Respeito do direito à posse da terra aos povos remanescentes de quilombos;
43. Respeito à organização e autodeterminação dos povos da floresta;
44. Respeito à organização e autodeterminação dos povos indígenas, garantido-lhes a posse definitiva da terra;
45. Garantir serviços públicos de transportes hidroviários de qualidade, de modo a atender as peculiaridades das populações amazônicas;
46. Implementar política de segurança na Amazônia de modo a evitar o avanço do narcotráfico e do contrabando de recursos (animais, minerais e vegetais), salvaguardando a soberania nacional;
47. Pelo incremento de um processo de desenvolvimento sustentável que respeite o meio ambiente e a biodiversidade;
48. Incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento científico nacionais, instituindo mecanismos de controle no processo de coleta de material e produção do conhecimento, evitando seu patenteamento por nações estrangeiras;
49. Criar política de redistribuição tributária que garanta o retorno proporcional da arrecadação sobre a exploração e exportação de bens naturais, verticalizando a produção.

Esperamos que essas propostas façam parte não só da plataforma política das candidaturas, mas que possam efetivamente ser incorporadas nos programas de governo. Nossos compromissos são com a construção de um Brasil justo e igualitário, que só se realizará com a afirmação das propostas acima arroladas.

Reafirmamos nossa veemente recusa da “velha indiferença” do neoliberalismo e oferecemo-nos à construção coletiva de um “Brasil diferente”, orientado pelos compromissos expostos nesta Carta.

Brasília-DF, 03 de Setembro de 2002.

Assistentes Sociais reunidos no XXXI Encontro Nacional CFESS/CRESS